ISSN: 2358-8829

DIÁLOGOS QUE ROMPEM SILÊNCIOS: COMUNICAÇÃO, IDENTIDADE ETNOLINGUÍSTICA E A CONJUNTURA CRÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO INDÍGENA NA ESCOLA ESTADUAL POVO INDÍGENA HEXKARYANA

Sabrina Pinheiro Barbosa Albuquerque [1]
Sarah Pinheiro Barbosa [2]
Renan Albuquerque[3]

INTRODUÇÃO

A implementação do Novo Ensino Médio Indígena (NEMI) na Escola Estadual Povo Indígena Hexkaryana, situada na Aldeia Kassawá, em Nhamundá/AM, expressa tensões entre a reorganização curricular e o reconhecimento dos modos indígenas de produzir e transmitir conhecimentos. A língua Hixkaryana, a oralidade e o território constituem dimensões inseparáveis da identidade etnolinguística e da experiência educativa.

Com isso, podemos reavaliar melhor transformações recentes no ordenamento jurídico-educacional brasileiro, especialmente com a promulgação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que reformulou o Ensino Médio, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e ajustando a Lei nº 13.415/2017, com flexibilização curricular e reorganização da formação geral básica e dos itinerários formativos.

A pesquisa investiga como as fragilidades comunicacionais e a insuficiência de adaptações culturais interferem na concretização de uma educação específica, bilíngue e intercultural. Essa perspectiva permite compreender a comunicação como participação na

[1]Mestra em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas, binhaheitor@gmail.com;
[2]Doutoranda pelo Curso de Educação da Universidade Federal do Amazonas, sarahpinheiro.barbosa@gmail.com;
[3] Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Mestre em Psicologia Social. Professor Associado III da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/UFAM) - renanalbuquerque@ufam.edu.br - 0000-0002-3923-9938; Lattes: http://lattes.cnpq.br/5718379036623772

produção de sentidos e nas decisões escolares, vinculando currículo, cultura e autonomia comunitária.

Considerando o suposto, o papel da comunicação na conjuntura crítica do Novo Ensino Médio para Indígenas (NEMI) na Escola Estadual Povo Indígena Hexkaryana, situada no município de Nhamundá, na aldeia Kassawá, do povo Hixkaryana, no extremo leste do Estado do Amazonas, na divisa com o Pará, apresenta real possibilidade da implementação da educomunicação para seguimento de um ensino de qualidade atendendo a cultura, a cosmologia e a educação indígena.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Estudo de caso qualitativo, descritivo e exploratório, com análise documental. O corpus reúne documentos educacionais e curriculares, registros da SEDUC/AM, Censo Escolar/INEP e SIGEAM, com foco em 2023-2025. delimitação do contexto investigado permite examinar como a implementação do NEMI se articula às particularidades históricas, culturais e linguísticas da comunidade e às relações políticas que incidem sobre a educação escolar indígena. Nesse recorte, a perspectiva educomunicativa orienta a análise das condições de diálogo, participação e circulação dos saberes, contribuindo para compreender as tensões entre as diretrizes da política educacional e a realidade local.

O cotejamento das fontes considerou língua e currículo, formação docente, infraestrutura e comunicação institucional. As imagens da apresentação complementam a leitura das condições escolares. Divergências entre registros constituem achados analíticos e limites da informação disponível, sem equivaler à comprovação automática de inexistência de serviços.

O percurso metodológico integrou a análise documental e o levantamento bibliográfico sistemático à análise de conteúdo, empregada no tratamento e na interpretação dos dados. A articulação desses procedimentos permitiu confrontar as orientações da política educacional com os registros de sua implementação, examinando convergências, contradições e lacunas na configuração do Novo Ensino Médio Indígena (NEMI) no contexto amazônico.

O tratamento dos dados seguiu a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Inicialmente, realizou-se a pré-análise, com a organização e a leitura do corpus; em seguida, a exploração do material, voltada à identificação e à organização dos elementos

relevantes aos objetivos da pesquisa; por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação possibilitaram relacionar os achados documentais ao referencial teórico e às condições de implementação do NEMI.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico-metodológico articula perspectivas críticas sobre reformas educacionais contemporâneas, comunicação e educação intercultural, dialogando com contribuições que problematizam os efeitos das políticas curriculares sobre a formação humana e o papel social da escola em contextos marcados pela diversidade cultural. A pesquisa adota abordagem qualitativa e configura-se como estudo de caso, combinando levantamento bibliográfico, análise documental de políticas educacionais e exame interpretativo de registros institucionais relacionados à implementação do ensino médio na escola investigada.

Na educação escolar indígena, as relações entre comunicação e aprendizagem envolvem disputas sobre quais saberes são reconhecidos, como circulam e quem participa de sua construção. A leitura crítica da realidade e o diálogo, centrais em Freire (1996), articulam-se à perspectiva de Kaplún (1998), que situa os sujeitos como participantes da comunicação educativa.

Essa compreensão ganha amplitude com Martín-Barbero (2003), ao considerar as mediações culturais que constituem os processos comunicacionais, e com Soares (2011), ao conceber a educomunicação como intervenção orientada à democratização dos ecossistemas comunicativos. A partir dessa articulação teórica, é possível analisar a escola indígena como espaço de negociação e conflito entre conhecimentos, no qual estão em jogo a legitimidade das línguas, das experiências coletivas e dos modos próprios de compreender e habitar o mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidência distância entre o reconhecimento formal da educação intercultural e as condições de implementação do NEMI. A predominância do português e a falta de materiais bilíngues próprios restringem a presença da língua Hixkaryana como meio de elaboração do conhecimento escolar. Assim, a diferenciação curricular encontra

limites na valorização efetiva das narrativas, da memória e dos saberes do território. Na formação docente, o corpus não apresenta registros de ações específicas para o NEMI no período examinado. A lacuna de suporte institucional transfere aos professores a responsabilidade por adaptar conteúdos e mediar exigências curriculares pouco contextualizadas.

Figura 1: EE Povo Indígena Hexkaryana e comunidade escolar



Fonte: Acervo próprio.

Tabela 1. Condições registradas e implicações para o NEMI

Dimensão	Evidência documental	Implicação analítica
Recursos digitais	Sem computador e sem internet.	Limites ao uso pedagógico das mídias.
Infraestrutura	Divergências entre Censo e SIGEAM.	Demandas pouco visíveis no planejamento.
Currículo e língua	Falta de materiais bilíngues próprios.	Menor apoio à língua no trabalho escolar.

Fonte: Censo Escolar e SIGEAM (2023–2025).

A indisponibilidade de computadores e internet contrasta com a previsão curricular de “Comunicação e Uso de Mídias”. As divergências sobre dependências

escolares entre Censo, SIGEAM e imagens dificultam reconhecer necessidades e orientar recursos. Esses achados convergem para uma comunicação institucional pouco dialógica, com decisões insuficientemente compartilhadas. À luz de Freire, Martín-Barbero e Soares, a interculturalidade exige participação comunitária na definição do currículo. A falta de suporte material e de mediações culturalmente situadas restringe essa participação e enfraquece a autonomia pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NEMI enfrenta limites articulados de currículo, formação e comunicação. Sua efetivação exige materiais em Hixkaryana, formação contextualizada, registros consistentes e condições materiais. A participação da comunidade nas decisões é fundamental para reconhecer seus saberes e fortalecer a identidade etnolinguística. Pensar a relação entre comunicação e educação escolar indígena exige considerar quem participa das decisões pedagógicas, quais línguas encontram espaço na escola e como os conhecimentos comunitários integram o currículo. Essa possibilidade, entretanto, requer mudanças nas políticas educacionais e nas práticas de ensino, para que as línguas indígenas e os saberes tradicionais constituam fundamentos da formação escolar.

Nessa perspectiva, a aprendizagem também se realiza nas narrativas, nas experiências coletivas e nas relações entre gerações, por meio das quais as comunidades atualizam conhecimentos e atribuem sentido às suas vivências. A educomunicação pode fortalecer esses processos ao ampliar os espaços de escuta, expressão e autoria indígena, favorecendo a continuidade das memórias e a produção de novos conhecimentos. Sua contribuição reside, assim, no reconhecimento das práticas comunicativas locais como constitutivas da formação e da afirmação identitária.

Diante dessas contradições, a educomunicação oferece caminhos para enfrentar relações que subordinam os conhecimentos indígenas e restringem sua presença nas decisões escolares. Seu potencial transformador está associado à construção de espaços democráticos de comunicação e ao reconhecimento da autoridade das comunidades sobre suas escolhas educativas. Isso implica assegurar que seus integrantes participem da formulação, da execução e da avaliação das políticas que incidem sobre suas línguas, seus territórios e seus modos de aprender.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394/1996 (LDB), 11.494/2007, 11.096/2005 e 8.405/1992, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a reforma do ensino médio.

BRASIL**. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para redefinir a organização do Ensino Médio e instituir a Política Nacional de Ensino Médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 31 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 6 outubro. 2025.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. 2. ed. Quito: CIESPAL, 1998.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**, 2023–2025.

SEDUC/AM. **Documentos curriculares e registros do SIGEAM**, 2023-2025.